

## Registro de Tratamento de Dados Pessoais

### RENAJUD - Restrição Nacional de Veículos

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Controlador                      | UNIÃO – TRT4  |
| Endereço e Telefone do Tribunal  | Av. Praia de Belas, nº 1100<br>Porto Alegre, RS<br>CEP 90110-903<br>Telefone: 51 3255-2000  |
| Sítio institucional sobre a LGPD | <a href="https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/lei-geral-de-protecao-d-e-dados-pessoais-lgpd">https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/lei-geral-de-protecao-d-e-dados-pessoais-lgpd</a> |
| Centros de Tratamento            | Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Av. Praia de Belas, nº 1100 /Porto Alegre, RS - CEP 90110-903, e Unidades Judiciárias do 1º Grau.                                       |

| RENAJUD  |  |
|--|--|
| Gestor do sistema                              | Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN   |
| Finalidade do tratamento                       | I- consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Trânsito (RENAVAM), de ordem judiciais de restrições de veículos;<br>II- registro de penhora de veículos e retirada de restrições;  |
| Titulares dos dados                            | Reclamantes, reclamados, terceiros interessados, e advogados cadastrados nos processos.  |
| Fonte do Dado                                  | Os dados são fornecidos pelo DENATRAN e acessados diretamente pelos usuários, via RENAJUD, por intermédio do certificado digital.  |
| São tratados dados sensíveis?                  | Não  |
| São tratados dados de crianças e adolescentes? | Não  |
| Enquadramento legal                            | Art. 7º da LGPD<br>(...)<br>II - para o cumprimento de obrigação legal<br>(...)<br>Art 10º da LGPD<br>I - apoio e promoção de atividades do controlador; e<br>II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.<br>Art 11º, inciso II da LGPD |

|                             |  |
|-----------------------------|--|
|                             | <p>(...)</p> <p>a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;</p> <p>Art 23º da LGPD</p> <p>O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) , deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (...)</p> |
| Categoria de dados pessoais | <p>Nome;</p> <p>CPF;</p> <p>Endereço (logradouro, complemento,número);</p> <p>Bairro;</p> <p>Cidade;</p> <p>UF.</p>  |
| Categoria de destinatários  | <p>Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os dados são inseridos nos processos com vistas a fundamentar decisões judiciais. A decisão de manter o dado sob sigilo compete a cada magistrado que atua no processo.</p>   |
| Transferência internacional | Não  |
| Prazo de conservação        | <p>Os dados são inseridos nos autos e permanecem como documento integrante do processo até o seu arquivamento definitivo.</p>  |

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <p>Medidas de Segurança</p> | <p>O RENAJUD é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos — inclusive registro de penhora — de pessoas condenadas em ações judiciais. A ferramenta permite consultar a existência de veículos em nome dos executados e, em caso positivo, tornar possível a inserção de restrições (transferência, licenciamento e circulação) sobre os veículos. O Sistema está disponível aos Órgãos do Poder Judiciário e, nesta Justiça Especializada, a todas as Varas do Trabalho do Regional. Os dados são fornecidos pelo DENATRAN e acessados diretamente pelos usuários do sistema.</p> <p>Medidas administrativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>● Mapeamento dos dados pessoais;</li> <li>● Política de Segurança da Informação;</li> <li>● Adequações à Resolução CNJ nº 363/2021;</li> </ul> <p>Medidas técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Operação de soluções de proteção do ambiente tecnológico como: firewall, antivírus de próxima geração, gerenciamento do acesso privilegiado, testes de segurança de aplicações web e de infraestrutura tecnológica, redundância e alta disponibilidade de ativos críticos, etc;</li> <li>● Alinhamento de controles de segurança a padrões como ABNT NBR 27001:2013, CIS Controls v7.1;</li> </ul> |
|-----------------------------|--|